STJ00100064

Florisbal de Souza Del'Olmo

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

11ª edição
revista, atualizada
e ampliada

gen | Editora FORENSE

RIO DE JANEIRO

■ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

■ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2015 *by*

EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

■ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

■ CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D422d

Del'Olmo, Florisbal de Souza, 1941 –

Curso de direito internacional privado / Florisbal de Souza Del'Olmo. 11. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-6113-8

1. Curso de direito internacional privado. I. Título

99-0355 CDU 341.9

STJ00100064

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado 1
1.1 Considerações iniciais 1
1.2 Conceito 2
1.3 Objeto 3
1.4 Normas de DIPr na Constituição Federal de 1988 4
1.5 Direitos adquiridos 4
1.6 Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público 6
1.7 Direito Internacional Privado e Direito Comparado 6
Resumo 7
Questões Propostas 8

Capítulo II – Esboço Histórico do Direito Internacional Privado 9
2.1 Considerações iniciais 9
2.2 Grécia 10
2.3 Roma 10
2.4 Feudalismo 11
2.5 Glosadores e escolas estatutárias 12
2.6 Codificação 13
2.7 Doutrinas modernas 14
Resumo 15
Questões Propostas 17

Capítulo III – Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil 19
3.1 Considerações iniciais 19
3.2 Denominação 19
3.3 Autonomia do DIPr 20
3.4 Método 20
3.5 Direito Internacional Privado no Brasil 22
3.5.1 Primeiros tempos 22
3.5.2 Augusto Teixeira de Freitas 22
3.5.3 José Antônio Pimenta Bueno 23
3.5.4 Notáveis tratadistas 23
3.5.5 Atualidade do DIPr brasileiro 24
3.6 Considerações finais 25
Resumo 25
Questões Propostas 27

STJ00100064

Capítulo IV – Fontes do Direito Internacional Privado 29
4.1 Considerações iniciais 29
4.2 Lei 30
4.3 Tratados 30
4.4 Doutrina 32
4.5 Jurisprudência 33
4.6 Costumes 33
Resumo 34
Questões Propostas 35

Capítulo V – Teoria das Qualificações 37
5.1 Considerações iniciais 37
5.2 Teorias existentes 38
5.3 Qualificações no Brasil 39
5.4 Casos clássicos 39
5.5 Questões prévias 41
Resumo 42
Questões Propostas 43

Capítulo VI – Elementos de Conexão 45
6.1 Considerações iniciais 45
6.2 Classes de elementos de conexão 46
6.3 Conexões pessoais 47
6.3.1 Domicílio 48
6.3.2 Nacionalidade 48
6.4 Conexões reais 49
6.4.1 *Lex rei sitae* 49
6.5 Conexões voluntárias 49
6.5.1 Autonomia da vontade 49
Resumo 50
Questões Propostas 51

Capítulo VII – Aplicação do Direito Estrangeiro 53
7.1 Considerações iniciais 53
7.2 Aplicação direta da lei estrangeira 53
7.3 Retorno 55
7.3.1 Caso Forgo 56
7.4 Limites à aplicação da lei estrangeira 57
7.4.1 Ordem pública 57
7.4.2 Fraude à lei 58
7.4.3 Favor *negotii* 59
7.4.4 *Prélèvement* 59
7.4.5 Instituições desconhecidas 60
7.4.6 Instituições abomináveis 61
Resumo 62
Questões Propostas 63

VIII – Competência Internacional 65
8.1 Considerações iniciais 65
8.2 Conceito e objeto 66
8.3 Princípios e fontes do DPI 67
8.4 Competência internacional na legislação brasileira 68

STJ00100064

8.5 Imunidade de jurisdição 69
8.5.1 Imunidade absoluta 70
8.5.2 Imunidade relativa 70
8.6 Jurisprudência brasileira 70
8.7 Considerações finais 73
Resumo 73
Questões Propostas 74

IX – Homologação de Sentença Estrangeira 77
9.1 Considerações iniciais 77
9.2 Fundamentos 78
9.3 Documentos estrangeiros: cartas rogatórias 78
9.4 Sentenças estrangeiras homologáveis 79
9.4.1 Conceituação 79
9.4.2 Decisões passíveis de homologação 80
9.4.3 Sistemas de homologação 80
9.4.4 Delibação 81
9.4.5 Órgãos homologadores, pressupostos e rito na Justiça brasileira 82
9.4.6 Sentença homologanda *versus* lide na Justiça brasileira 83
9.5 Convenção da ONU sobre prestação de alimentos no estrangeiro 84
9.6 Legislação brasileira 84
9.7 Jurisprudência brasileira 85
9.8 Considerações finais 87
Resumo 88
Questões Propostas 90

X – Nacionalidade 91
10.1 Considerações iniciais 91
10.2 Interdisciplinaridade 92
10.3 Nacionalidade originária 93
10.3.1 *Jus sanguinis* 93
10.3.2 *Jus soli* 93
10.4 Naturalização 94
10.5 Conflitos de nacionalidade 96
10.5.1 Plurinacionalidade 96
10.5.2 Anacionalidade 97
10.6 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro 99
10.7 Perda da nacionalidade 102
Resumo 105
Questões Propostas 106

XI – Condição Jurídica do Estrangeiro 109
11.1 Considerações iniciais 109
11.2 Ingresso e permanência 109
11.2.1 Passaporte 110
11.2.2 Visto 110
11.3 Afastamento compulsório 112
11.3.1 Institutos em desuso 113
11.3.2 Expulsão 114
11.3.3 Deportação 114
11.3.4 Diferenças entre expulsão e deportação 116
11.3.5 Extradição: conceito e classificação 116

STJ00100064

11.3.6 Extradição de nacionais 118
11.3.7 Requisitos e limites da extradição 119
11.3.8 Caso Pinochet 120
11.3.9 Extradição na ordem jurídica brasileira 121
11.3.10 Tratados de extradição firmados pelo Brasil 122
11.3.11 Diferenças dos demais institutos 123
11.4 Jurisprudência brasileira 124
11.5 Projeto de novo Estatuto do Estrangeiro 126
Resumo 128
Questões Propostas 131

XII – Pessoas no Direito Internacional Privado 133
12.1 Considerações iniciais 133
12.2 Personalidade 133
12.2.1 Começo da personalidade 134
12.2.2 Término da personalidade 135
12.3 Comoriência 135
12.4 Ausência 136
12.5 Poder familiar 136
12.6 Tutela 137
12.7 Curatela 138
12.8 Ação de alimentos 138
Resumo 139
Questões Propostas 140

XIII – Direito de Família e Direito Internacional Privado 143
13.1 Direito de Família 143
13.2 Casamento e conflito de leis no espaço 144
13.3 Normas brasileiras sobre casamento 144
13.3.1 Capacidade 144
13.3.2 Impedimentos e formalidades 146
13.3.3 Casamento por procuração 148
13.3.4 Casamento no consulado 148
13.3.5 Nulidade do casamento 149
13.3.6 Regime de bens 150
13.4 Divórcio 152
13.5 Casamento entre pessoas do mesmo sexo 153
13.6 Jurisprudência brasileira 154
Resumo 156
Questões Propostas 158

XIV – Adoção Internacional 159
14.1 Considerações iniciais 159
14.2 Conceituação 159
14.3 Importância e atualidade 160
14.4 Adoção como resgate de crianças sem assistência 161
14.5 Adoção internacional 162
14.6 Documentos sobre adoção internacional e a Convenção de 1993 162
14.7 Adoção no ordenamento jurídico brasileiro e a adesão à Convenção de 1993 165
14.8 Noções básicas sobre adoção 167
14.9 Brasil como país de origem do menor adotado 169
14.10 Organismos credenciados 172

STJ00100064

14.11 Brasil como país de acolhida do menor adotado 173
14.12 Adoção internacional e nacionalidade 174
14.13 Caso João Herbert 177
14.14 Caso das meninas da Guiné-Bissau 177
14.15 Considerações finais 178
Resumo 178
Questões Propostas 182

XV – Direito das Sucessões e Direito Internacional Privado 183
15.1 Considerações iniciais 183
15.2 Sucessão e conflito de leis no espaço 184
15.3 Elementos de conexão 184
15.4 Sucessão legítima 185
15.5 Sucessão testamentária 186
Resumo 188
Questões Propostas 189

XVI – Direito das Obrigações e Direito Internacional Privado 191
16.1 Considerações iniciais 191
16.2 Obrigações na esfera internacional 192
16.3 Autonomia da vontade 193
16.4 Novos elementos de conexão 199
16.5 Normas brasileiras 202
Resumo 205
Questões Propostas 207

XVII – Direito do Consumidor e Direito Internacional Privado 209
17.1 Considerações iniciais 209
17.2 Consumidor no ordenamento jurídico brasileiro 210
17.3 Consumidor no DIPr 210
17.4 Proteção do consumidor nas Américas 212
17.4.1 Projeto de CIDIP de proteção do consumidor 212
17.5 Consumidor à luz da LINDB 213
17.5.1 Proposta de adequação da LINDB ao consumidor 213
17.6 *Caso Panasonic* 214
17.6.1 Ementa do caso 215
17.7 Considerações finais 215
Resumo 216
Questões Propostas 218

XVIII – Direito Empresarial e Direito Internacional Privado 219
18.1 Considerações iniciais 219
18.2 Sociedade estrangeira e direito brasileiro 220
18.3 Sociedade binacional 221
18.4 Estabelecimento 223
18.5 Capacidade para exercer a atividade empresarial 223
18.6 Legislação brasileira e direito empresarial internacional 224
18.7 Falência e recuperação empresarial 225
18.8 Falência internacional 226
Resumo 227
Questões Propostas 229

STJ00100064

XIX – Direito da Concorrência e Direito Internacional Privado 231
19.1 Considerações iniciais 231
19.2 Concorrência e Direito da Concorrência 232
19.3 Defesa da concorrência no Brasil 234
19.4 Abuso do poder econômico em um mercado relevante 236
19.5 Concorrência internacional: algumas reflexões 237
19.6 Concorrência no Mercosul e na União Europeia 239
19.7 Liberdades econômicas fundamentais 241
19.8 Considerações finais 242
Resumo 242
Questões Propostas 243

XX – Direito das Coisas e Direito Internacional Privado 245
20.1 Considerações iniciais 245
20.2 Qualificação dos bens móveis e imóveis 246
20.3 Direito das coisas no ordenamento jurídico brasileiro 247
20.4 Direitos reais e conflito de leis no espaço 248
20.5 Referências especiais sobre alguns direitos reais 249
20.6 Regras de DIPr em outras ordens jurídicas 251
Resumo 251
Questões Propostas 253

XXI – Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado 255
21.1 Considerações iniciais 255
21.2 Propriedade intelectual 256
21.2.1 Histórico 256
21.2.2 Importância na atualidade 257
21.3 Propriedade intelectual no Brasil 258
21.3.1 Medicamentos 259
21.3.2 Caso Efavirenz 259
21.4 Organização Mundial da Propriedade Intelectual 260
21.5 Convenções internacionais 261
21.5.1 TRIPs 261
21.6 Direito Internacional Privado e Propriedade Intelectual 262
21.7 DIPr brasileiro da Propriedade Intelectual 264
21.8 Considerações finais 264
Resumo 265
Questões Propostas 268

XXII – Direito do Trabalho e Direito Internacional Privado 269
22.1 Considerações iniciais 269
22.2 Direito Internacional Privado do Trabalho 270
22.3 Justiça competente 271
22.4 Contrato individual de trabalho e conflito interespacial 272
22.5 Emprego da *lex loci executionis* 272
22.6 Mercosul e harmonização das normas trabalhistas entre os países 273
22.7 Casos de conflitos trabalhistas interespaciais 273
22.8 Ementas de lides interespaciais 274
Resumo 277
Questões Propostas 278

STJ00100064

XXIII – União Europeia ... 279
23.1 Globalização da economia e formação de blocos continentais ... 279
23.2 Processo de integração dos Estados europeus ... 279
23.3 Instituições da União Europeia ... 281
23.3.1 Conselho Europeu ... 282
23.3.2 Comissão ... 282
23.3.3 Conselho da União Europeia ... 283
23.3.4 Parlamento Europeu ... 284
23.3.5 Tribunal de Contas ... 284
23.3.6 Tribunal de Justiça da União Europeia ... 284
23.3.7 Comitê Econômico e Social ... 286
23.3.8 Comitê das Regiões ... 286
23.3.9 Banco Central Europeu ... 286
23.4 Ordenamento jurídico comunitário ... 287
23.5 Supranacionalidade na União Europeia ... 287
23.6 Cidadania europeia ... 288
23.7 Liberdades econômicas fundamentais ... 288
23.8 Considerações finais ... 288
Resumo ... 288
Questões Propostas ... 291

XXIV – Mercosul ... 293
24.1 Antecedentes históricos ... 293
24.2 ALALC e ALADI ... 294
24.3 Conceitos básicos ... 295
24.4 Mercado Comum do Sul – Mercosul ... 296
24.5 Tratado de Assunção ... 297
24.6 Protocolo de Ouro Preto ... 298
24.7 Relacionamento com o exterior ... 299
24.8 Período do sucesso ... 300
24.9 Crise do Mercosul ... 301
24.10 Venezuela como membro pleno ... 302
24.11 Solução de controvérsias no Mercosul ... 304
24.12 Fragilidade institucional ... 305
24.13 Direito processual civil internacional do Mercosul ... 306
24.14 Harmonização das regras materiais ... 308
24.15 Parlamento do Mercosul ... 309
24.16 Considerações finais ... 310
Resumo ... 311
Questões Propostas ... 315

ANEXO – Normas Brasileiras Pertinentes ao Direito Internacional Privado ... 317
1. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) ... 317
2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657/1942) *(Redação determinada pela Lei n. 12, de 30.12.2010)* ... 323
3. Código Civil (Lei n. 10.406/2002) ... 327
4. Código de Processo Civil (Lei n. 5.869/1973) ... 332
5. Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172/1966) ... 334
6. Código Penal (Decreto-lei n. 2.848/1940) (Parte Geral com redação determinada pela Lei n. 7.209, de 11.07.1984) ... 335
7. Código de Processo Penal (Decreto-lei n. 3.689/1941) ... 340
8. Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei n. 3.688/1941) ... 343

STJ00100064

9. Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) 343
10. Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006) 344
11. Letra de Câmbio e Nota Promissória (Decreto n. 2.044/1908) 344
12. Lei de Recuperação de Falências (Lei n. 11.101/2005) 344
13. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) 345
14. Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998) 346
15. Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n. 5.452/1943) 347
16. Técnicos Estrangeiros (Decreto-lei n. 691/1969) 347
17. Serviços no Exterior (Lei n. 7.064/1982) 348
18. Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565/1986) 349
19. Lei da Arbitragem (Lei n. 9.307/1996) 350

Bibliografia 353

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.